

Ulysses: 'Constituinte não é hospício'

Telefoto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Sou Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e não de hospício nacional — afirmou ontem o Deputado Ulysses Guimarães, ao fazer a mais veemente defesa da Constituinte, contra a tese de zerar seus trabalhos, defendida pelo Líder do PFL, José Lourenço. Inspirando-se no samba "Vai Passar" de Chico Buarque, Ulysses disse que, definitivamente, não acredita que "possa haver, dentro da Constituinte alguém que a queira transformar em um sanatório geral". Caso haja, ele duvida de que "consiga mais outros 280 loucos para suspender os trabalhos e, com isso, fazer prevalecer a Carta outorgada pelo regime militar, contra a qual se insurgiram as forças democráticas para eleger Tancredo Neves e José Sarney, com o compromisso de dar ao Brasil uma Constituição digna desse nome".

— E preciso dar nomes aos bois. É preciso que provem. Nenhum de nós está dizendo que estamos fazendo uma obra absolutamente perfeita. Tanto assim que ela contém um dispositivo que permitirá corrigir eventuais lacunas — disse Ulysses.

O Presidente da Constituinte condenou as forças de imobilismo que não querem o avanço social e desejam que tudo continue como está.

— O que querem? Querem que suspendamos os nossos trabalhos para viver sob a égide da Carta outorgada, com este ranço autoritário do decreto-lei e do Legislativo castrado?

Ulysses enfatizou que, como toda a obra humana, a Constituinte não é perfeita, mas para adequá-la à realidade e necessidade nacionais é que existem mecanismos regimentais. E explicou:

— Insisto em que não acredito que tenhamos entre nós loucos que queiram fazer isso. Mas, quem diz tem maioria para fechar, então porque não usa esta maioria para mudar o texto? Ou a maioria é apenas para criticar um trabalho que estamos fazendo, pagos pelo povo?

O Presidente da Constituinte negou-se a citar dos defensores da tese de suspensão dos trabalhos e não quis vincular este movimento a uma eventual estratégia do Governo com o objetivo de refazer todo o projeto da Constituição. Ao contrário, lem-

brou que a Constituinte foi convocada pelo Presidente Sarney, honrando um compromisso que as forças democráticas assumiram com o povo brasileiro.

Apesar da veemência, Ulysses mostrou-se tranqüilo quanto ao cumprimento do calendário de votação do segundo turno, cujo início está previsto para amanhã. Ele, mais uma vez, evitou previsões, mas disse estar otimista com relação ao final dos trabalhos. E, ainda, sobre a ameaça de suspender os trabalhos da Constituinte, Ulysses resumiu sua tranqüilidade com o título da música de Chico: "Vai Passar".

Depois em uma entrevista coletiva, o Deputado afirmou que "quem injustificadamente ficar contra a Constituinte estará contra o Brasil, contra a democracia, que custou tanta luta, tanto sangue, tantas dificuldades, tantos exílios". Ele não quis apontar as origens de supostas pressões contra a Constituinte, mas prevenido afirmou:

— Elas estão no ar. E como eu acredito em assombração, estou me vacinando.



Ulysses e Archer passeiam às margens do Lago Paranoá, em Brasília

Governo nega que pretenda o reinício

BRASÍLIA — O Secretário de Imprensa da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, disse ontem que a sugestão de suspender os trabalhos da Constituinte até depois das eleições municipais não expressa a opinião do Governo:

— E a opinião pessoal do Deputado José Lourenço — disse Carlos Henrique, se referindo a declarações do Líder do PFL, que criticou o projeto de Constituição que começa a ser votado em segundo turno amanhã e sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos durante a campanha eleitoral.

O porta-voz da Presidência da República repetiu que essa não é a posição do Governo, mesmo quando um repórter disse que, pouco antes, o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, defendera posição semelhante a de José Lourenço.

Archer nega que tenha se rebelado contra o Presidente

BRASÍLIA — Em reunião informal com dirigentes do PMDB, o Ministro da Previdência, Renato Archer, afirmou ontem não serem precedentes as informações de que teria se rebelado contra a orientação do Presidente José Sarney, ao isentar a Constituinte, em entrevista, de estar criando problemas financeiros para a sua Pasta. "O Presidente me pediu um estudo sobre as consequências que algumas das medidas tomadas pela Constituinte poderiam trazer à Previdência e foi o que fiz", disse o Ministro, segundo um parlamentar que participou da reunião.

Antes de dar a entrevista, quinta-feira, Archer havia tomado o café da manhã com Sarney, quando o Presidente lhe solicitara estudos sobre o quanto custariam à Previdência os encargos criados pela Assembleia. Esse estudo foi entregue no mesmo dia, acompanhado de um telegrama do Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), um dos relatores do Capítulo da Ordem Social da nova Carta, congratulando-se com o Ministério da Previdência por ter tido a preocupação de não só acompanhar de perto os trabalhos da Constituinte como de alertá-la, através de estudos fundamentados, sobre dispositivos

que poderiam prejudicar a Pasta.

Na conversa com o Presidente, o Ministro fizera uma longa exposição sobre os reflexos dos novos encargos no orçamento da Previdência. Ainda assim, entregou depois, a pedido do próprio Sarney, toda a documentação feita por sua assessoria com a projeção de como ficará a Previdência depois da promulgação da nova Carta, admitindo-se como hipótese a retificação em segundo turno de votações dos dispositivos aprovados no primeiro turno.

Archer, segundo o mesmo parlamentar, limitou-se a re-

petir à imprensa o que já era do conhecimento do Presidente e só o fez provocado pelos repórteres que lhe dirigiram perguntas sobre as denúncias do Líder do PFL, Deputado José Lourenço, de que a Constituinte estava decretando a falência da Previdência.

— O Presidente não me pediu um estudo dirigido contra ou a favor da Constituinte, mas dos seus reflexos na minha Pasta. Então, ao contrário do que dizem as informações, o que fiz foi seguir a sua orientação e com a brevidade que ele me solicitou — disse Archer aos seus colegas do PMDB.

Despesas criadas pela Carta podem chegar a CZ\$ 3 trilhões

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney só deve receber amanhã o levantamento completo das despesas que serão criadas com a promulgação da nova Carta e que serão da alçada do Governo e da iniciativa privada. O Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, e o Ministro da Habitação, Prisco Viana — que estiveram com Sarney ontem na Base Aérea, quando o Presidente retornou de Juazeiro do Norte, Ceará —, informaram que o trabalho ainda não foi concluído. Não obstante, o Porta-Voz da Presidência, Carlos Henrique, informou, na Base Aérea, que o Presidente recebeu um levantamento preliminar das mãos do Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. E disse que, de acordo com esse estudo, as despesas podem chegar a CZ\$ 3 trilhões.

Até agora, só o Ministério da Previdência encami-

nhou oficialmente o resultado do levantamento. Quinta-feira, o Ministro Renato Archer apresentara ao Presidente Sarney e às lideranças de todos os partidos uma análise do impacto das novas medidas. Segundo o estudo, haveria uma elevação de 30 por cento nas despesas com benefícios (CZ\$ 647,5 bilhões). Sem alteração no atual plano de custeio, a licença-paternidade de oito dias representaria um aumento de CZ\$ 49,22 bilhões; a ampliação da licença maternidade para 120 dias provocaria um acréscimo de CZ\$ 10,7 bilhões; o abono anual, CZ\$ 66,34 bilhões; as pensões de um salário mínimo para idosos e deficientes, CZ\$ 113,42 bilhões; e o piso de benefícios, equivalente ao piso nacional, CZ\$ 407,88 bilhões, dos quais CZ\$ 341,54 bilhões somente para os trabalhadores rurais.